



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

CPE - Partido Operário
Revolucionário [POR]
www.pormassas.org
fb.com/massas.por
anchor.fm/por-massas
por@pormassas.org
Ano VIII - 16 de Fevereiro de 2022

Apresentação das contribuições da Corrente Proletária na Educação ao 40º Congresso do ANDES-SN

Após a suspensão do 40º Congresso, em função da pandemia e da política adotada pela atual diretoria do ANDES-SN, realizar-se-á o Congresso entre 27 de março a 1º de abril de 2022, em Porto Alegre, na UFRGS. Embora a direção do ANDES-SN tenha realizado erradamente as eleições para a diretoria do ANDES-SN de forma remota, virtual, não quis incorrer no erro de realizar o Congresso da entidade de forma remota, já que é a instância superior do sindicato e representa o conjunto de forças políticas e de posições que a entidade possui em seu interior.

O 40º Congresso do ANDES-SN tem duas tarefas fundamentais: primeira, avaliar o que foi feito nestes últimos dois anos (o último congresso ocorreu em fevereiro de 2020), o que implica compreender os ataques dos governos e dos capitalistas e a piora das condições de vida das massas trabalhadoras e avaliar o papel de colaboração das direções sindicais neste período; segunda, preparar a categoria para o enfrentamento contra os governos e defender as reivindicações ligadas aos salários, aos empregos e aos direitos, mantendo sua independência de classe diante das eleições de 2022.

Para tanto, apresentamos as contribuições e teses da Corrente Proletária na Educação que devem figurar no Caderno de Textos do Congresso. Neste ano, demos um passo à frente ao conseguir realizar uma elaboração mais coletiva, com reuniões de discussão e adendos elaborados por todos os signatários dos textos. Esse é um passo importante para construir uma fração classista no interior do sindicato docente, combatendo assim a direção reformista e eleitoreira que, hoje, dirige o ANDES-SN.

A ordem dos textos segue a organização do Congresso que divide as discussões por temas. Apresentamos aqui o texto sobre “Conjuntura e movimento docente”; textos sobre “Plano de luta dos setores”; e textos sobre “Plano Geral de Lutas”.

Conjuntura e movimento docente

Com o título “Crise econômica e pandêmica: capitalismo descarrega sua crise sobre as costas dos trabalhadores e as direções sindicais e políticas colaboram com

capitalistas e governos”, apresentamos um quadro da conjuntura atual, mostrando, de um lado, como a piora da condição de vida da maioria nacional foi produzida tanto pela ação dos governos e dos capitalistas quanto pela colaboração das direções sindicais, partidárias e dos movimentos nos últimos dois anos.

O texto da contribuição faz um breve histórico desde o desmonte do dia 18 de março de 2020 quando se organizava a greve geral da educação (básica e superior) e a greve geral dos trabalhadores. Mostra que, apesar de não contar com nenhum Plano Emergencial para defender a vida dos explorados, dos mais pobres, as direções das Centrais, dos sindicatos e dos movimentos sociais embarcaram na política dos governos e suspenderam todas as lutas, o que resultou na redução salarial (menor média da última década), aumento do desemprego (piores números também dos últimos anos, com os desempregos e subempregos superando o número de trabalhadores empregados formalmente), quebra de direitos (aplicação da reforma trabalhista, destruição de acordos coletivos de trabalho, como nos Correios) e diminuição de recursos para os serviços sociais (educação, ciência e tecnologia e infraestrutura). A colaboração das direções políticas é demonstrada a partir do caso da Medida Provisória 936 que o governo federal criou já em abril de 2020 e que esteve vigente até agosto de 2021. A MP permitia a redução salarial e a suspensão de contratos de trabalho, reduzindo assim o valor da força de trabalho e beneficiando os capitalistas, já que o governo dispensou bilhões para pagar parte dos salários dos trabalhadores, aliviando os capitalistas. Todas as Centrais sindicais (CUT, UGT, Força Sindical, CTB, e CSP-Conlutas) montaram as assembleias virtuais, remotas (mesmo com os trabalhadores em atividade presencial) para aprovar a aceitação da MP 936. A justificativa geral da burocracia sindical foi a de “preservar os empregos”. A MP não só não conservou os postos de trabalho, já que chegamos ao final de 2021 com os piores índices de desemprego da década como também favoreceu o rebaixamento geral da força de trabalho.

Apesar da suspensão geral das lutas e mobilizações de rua em função desta “unidade nacional” que as dire-

ções sindicais realizaram com os governos e os capitalistas, houve mobilizações e greves. Citam-se as mobilizações de junho de 2020, das torcidas organizadas contra o governo, sem a participação das direções sindicais, a greve dos trabalhadores dos Correios e da Renault em agosto de 2020, a luta dos trabalhadores da Ford contra o fechamento das fábricas. Todas as lutas foram isoladas. As direções mantiveram o método das assembleias remotas e os trabalhadores foram culpabilizados por terem ajudado a “eleger Bolsonaro”. Em 2021, com as mobilizações nacionais a partir de maio, quebra-se em parte a política burguesa do isolamento social e ocorrem manifestações massivas nas capitais. Embora houvesse disposição da juventude e de parcelas da pequena burguesia urbana, a classe operária não participou porque não foi convocada para as mobilizações e as direções políticas (partidos de esquerda, movimentos sociais e centrais e sindicatos) manejaram as mobilizações de rua para a estratégia do “Fora Bolsonaro” e para o “impeachment”, tentando seguir a CPI da Covid no Senado. A CPI era parte da disputa interburguesa, para desgastar o governo. Naturalmente, naufragou. Sem que as reivindicações por emprego, salário e direito estivessem no centro das mobilizações, os atos nacionais foram desmontados em outubro, com o fracasso da “frente ampla”, apenas uma prematura corrida eleitoral para as eleições de 2022. Mais uma colaboração das direções políticas, mais um atraso na luta em defesa da maioria nacional.

O texto da conjuntura aponta ainda dois pontos. A primeira, a questão da Dívida Pública, que não é conjuntural, mas que define a política dos governos, de direita ou do esquerda, que assumem a direção do Estado burguês. Embora central a discussão da Dívida, nenhuma direção política (de sindicatos, de Centrais e de movimentos sociais) aponta para o não pagamento da Dívida, o que torna inúteis todas as defesas que fazem abstratamente em relação aos direitos sociais. A outra questão é a da vacinação que serviu apenas para expressar, mais uma vez, a disputa eleitoral prematura, porque as esquerdas apenas culpabilizam Bolsonaro, omitindo o papel dos monopólios farmacêuticos e da guerra comercial entre as potências, relativizando assim o problema de fundo que era e é o da propriedade privada e, de fato, do interesse do “lucro sobre a vida”. Os países ricos já imunizaram suas populações, continentes inteiros como a África mal iniciaram a campanha até hoje. Portanto, o problema, como sempre, nunca foi administrativo, gerencial. Os governos burgueses atuam conforme os ditames do grande capital. A indústria farmacêutica represa a distribuição das vacinas porque objetiva os lucros. Bolsonaro é um “pequeno genocida” frente ao genocídio que os países imperialistas praticam. Reconhecer isso seria adotar uma política anti-imperialista que nenhuma das direções políticas quer adotar, porque se prende à disputa eleitoral que ocorrerá em 2022.

Por fim, o texto da conjuntura levanta a defesa da

independência de classe do sindicato, do ANDES-SN, diante das eleições gerais deste ano. Para a defesa da independência não importam apenas “declarações de intenção”, mas uma plataforma de reivindicações e a organização da mobilização nas ruas contra quaisquer governos. Por isso, a Corrente Proletária apresenta alguns pontos de uma Carta de Reivindicações para servir de plano de mobilização para o próximo período, o que inclui uma luta consequente em defesa dos empregos, dos salários, dos direitos e contra as privatizações. Sem esta luta, partindo das assembleias presenciais e dos comitês de mobilização em cada local de trabalho, as forças e correntes políticas que atuam no sindicato (PSOL, PCB, PT) vão dirigir o nosso sindicato para a disputa interburguesa, para se submeter à estratégia de substituição de um governo por outro, ignorando assim as causas mais profundas da crise econômica que é descarregada ano após ano contra os trabalhadores e os mais pobres.

Plano de luta dos setores

Apresentamos dois textos sobre a luta para as instituições federais de ensino superior (IFES) e para as instituições estaduais/municipais de ensino superior (IEES/IMES), tratando dos problemas que as universidades já enfrentam e que devem enfrentar no próximo período.

O primeiro sobre as IFES é o mais amplo e completo porque tanto a base do ANDES-SN quanto a própria realidade de universidades públicas estão concentradas no sistema federal de educação. Tem como título “Responder ao arrocho salarial, cortes orçamentários, privatismo, intervencionismo, ensino a distância e contrarreformas com a defesa da autonomia, financiamento integral por parte do Estado e expropriação da rede privada de ensino”. Traz as principais teses da Corrente Proletária na Educação para o setor e vincula os problemas mais imediatos e do último período à luta geral dos trabalhadores.

Traz como questões prioritárias: “1) Enfrentar os ataques às Universidades e Institutos Federais, que podem ser sintetizados nos seguintes pontos: a) brutais cortes orçamentários; b) ampliação do privatismo interno; c) expansão do Ensino a Distância (EaD); d) aumento da ingerência do governo federal; e) conversão das IFES em espaços mais elitistas e excludentes. 2) Lutar para derrubar e enterrar a contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), as contrarreformas trabalhista e previdenciária. 3) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial.”

A partir destas questões, a contribuição apresentada dados, como os dos cortes orçamentários para as universidades federais. Mostra, por exemplo, que os recursos discricionários (para investimentos) nos últimos três anos são menores do que os executados em 2011, em números absolutos, e sem a correção inflacio-

nária, comprovando que as universidades que só cresceram na última década estão recebendo cada vez menos investimento e, portanto, estão cada vez mais sucateadas. O orçamento das IFES aprovado para 2022 corresponde a 45,5% do orçamento de 2015. Ao mesmo tempo, que diminuem os recursos para Educação, Saúde, Previdência e Trabalho, aumentam os repasses para o Fundo Eleitoral, para os militares, para as emendas individuais e de relator dos parlamentares.

Coloca também como o último período serviu à expansão do EaD: “A combinação da crise econômica com a crise pandêmica desfraldou a aplicação massiva, e sem precedentes, do EaD em todos os níveis da educação, da educação infantil à pós-graduação”. Liga essa constatação à crise geral da educação na fase de decomposição do capitalismo. Os dois anos de pandemia serviram para a substituição das aulas presenciais para as aulas remotas, sem que houvesse uma verdadeira campanha para se opor a esta imposição dos governos e das reitorias. O ANDES-SN acabou por colaborar com esta política: “A direção do ANDES-SN, apesar dos estudos e posicionamentos que alertam para o “projeto do capital” para a Educação, no qual o EaD tem papel de destaque, não fez uma campanha contra o EaD, emitiu posicionamentos tímidos e, ao subordinar-se à política burguesa do isolamento social, aceitou, na prática, a aplicação do EaD”. O ponto ainda afirma que a pressão menor para o retorno presencial nas universidades se deu não por questões ideológicas, mas ante o corte de recursos que têm tornado inviável o retorno presencial integral, já que elas receberam menos recursos para investimento e sequer podem executar integralmente as adaptações necessárias para realizar os planos de biossegurança sanitária.

Como parte do projeto de privatização e de expansão do EaD, apareceu a proposta de Reuni Digital do atual governo, revelando que a admissão do EaD, disfarçado sob mil nomes no período da pandemia, agora ganha um projeto institucional. Esta conclusão comprova também que, quando se recua ideologicamente e nas lutas, como no caso do não combate ao EaD, os governos e os capitalistas avançam sobre áreas que antes encontravam resistência. A luta contra o EaD e a privatismo no interior do sistema público de educação só pode se realizar pela bandeira de expropriação de toda rede privada de ensino. Não é possível defender a coexistência do público e do privado, como fazem os reformistas, porque isso redundaria no fortalecimento progressivo do privado e na destruição geral da educação.

Os últimos anos também foram marcados intensamente pela ingerência e intervenção do governo federal sobre as universidades e institutos, com a colocação de reitores/gestores ligados diretamente à política de Bolsonaro. Já são mais de 24 reitores empossados que não foram votados pelas comunidades dos institutos e universidades federais. Essa ingerência serve, de um

lado, para maior controle e repressão de modo dos lutadores nestes espaços e, de outro, para facilitar a aplicação das medidas privatistas e de ajuste fiscal. A luta imediata é para expulsar os interventores e, ao mesmo tempo, deve estar combinada à luta pela real autonomia das instituições de ensino, o que implica a defesa do governo tripartite e de sua sustentação pelas assembleias gerais universitárias. Sabemos, inclusive, que a expansão do intervencionismo está ligado diretamente à formalidade da atual autonomia, já que estudantes, por exemplo, que formam a base das instituições e tem o maior vínculo com a população, não participam das decisões e da execução das políticas internas das universidades e dos institutos.

Expansão do EaD, privatismo, intervencionismo, cortes orçamentários, - toda esta política tem convergido para aumentar o elitismo e a exclusão da juventude mais pobre das universidades enquanto crescem os números de matriculados nas instituições privadas de ensino. A defesa consequente do ensino público é a defesa do acesso irrestrito, o que significa lutar pelo fim dos vestibulares e a estatização de toda rede privada de ensino com financiamento integral pelo Estado, além da defesa da própria juventude e de suas condições de vida, o que implica tanto a defesa da permanência estudantil nas universidades, quanto da defesa do emprego à juventude, com jornada compatível com os estudos.

Coloca-se ainda no texto a necessidade de erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e arrocho salarial. O fato de que o funcionalismo federal está sem reajuste geral desde 2017 e que as campanhas têm apenas modificado aspectos dos planos de cargos e salários coloca uma defasagem salarial de quase 50%, segundo os dados dos Fóruns das entidades do funcionalismo, considerando apenas os últimos três anos a defasagem chega a 19,99%, que é o que as entidades estão reivindicando junto ao governo federal. A contribuição da Corrente Proletária lembra que, nos últimos anos, as direções sindicais, inclusive, a do ANDES-SN, aceitou o congelamento salarial, chamado ironicamente por Paulo Guedes de “patriotismo”, e que agora só se levanta em função da possibilidade de aumento para os policiais federais, mas não para as demais carreiras. Mostra também que a Campanha tem sido feita mais no discurso do que em ações, já que não se convocam as assembleias locais e gerais para organizar a greve na categoria docente e em conjunto com o funcionalismo. É preciso mudar urgentemente esta orientação.

Não poderia faltar nas teses ao Congresso o balanço das derrotas dos últimos anos (Reforma trabalhista e Reforma da Previdência), porque a aprovação das contrarreformas agora converge para a apresentação e votação da Reforma Administrativa (PEC 32). Reverter as contrarreformas já aprovadas e impedir a aprovação da Reforma Administrativa passa por compreender que elas não são a ação de um governo isolado, do governo “genocida” de Bolsonaro, mas parte da política

burguesa, do capital financeiro, para enfrentar a crise econômica e que devem ser respondidas pela luta unitária de servidores públicos, da classe operária, do conjunto dos trabalhadores e da juventude, porque, sem esta luta unitária, nas ruas, adotando os métodos da ação direta, veremos destruídos mais direitos sociais, veremos ampliar o desemprego, veremos a manutenção do rebaixamento salarial e a instauração de maior barbárie no país. A direção do ANDES-SN deve abandonar a política de pressão parlamentar e se apoiar nas forças do movimento docente, estudantil e dos trabalhadores em geral para resistir à ofensiva do capital e dos seus governos.

O texto sobre as lutas nas universidades estaduais e municipais com o título “Rejeitar e eliminar o ensino à distância das universidades. Revogar as contrarreformas e lutar por único sistema de ensino, público, gratuito e sob o controle de quem estuda e trabalha, financiado integralmente pelo Estado” traz algumas teses gerais da Corrente Proletária na Educação já defendidas na contribuição sobre as IFES. Coloca, no entanto, como elementos novos, certas particulares das universidades estaduais e municipais como o problema do financiamento. Assim como as federais, as estaduais e municipais sofrem com o estrangulamento do orçamento. A resposta das direções políticas dos sindicatos do setor tem sido defender a “autonomia financeira”, o que significa um percentual fixo do orçamento para as instituições de ensino. O texto critica a proposta por mostrar que ela também representa estrangulamento do orçamento porque depende da arrecadação anual, cujo percentual fixo pode significar em termos absolutos repasses anuais cada vez menores, o que abre espaço para as formas de privatização interna (cobrança de taxas, de mensalidades, de serviços pagos e existência fundações de direito privado, como acontece nas estaduais paulistas). A defesa da Corrente Proletária é a do financiamento integral pelo Estado, a ser calculado anualmente pelas assembleias gerais universitárias com os três setores.

O texto ainda traz informações sobre a falta de reajuste em várias universidades estaduais (Amazonas, Ceará, Paraíba, etc.), a situação de projetos que pedem a eliminação de universidades (Rio de Janeiro) e a situação generalizada de contratação temporária de professores para os cursos de graduação. Diferente das federais, em que os contratos são pontuais e servem para substituição realmente temporária de professores afastados por licenças ou qualificação, os contratos temporários nas universidades estaduais e municipais servem são “permanentes”, colocando estes trabalhadores em situação de subemprego, que deve ser revertido pela defesa da estabilidade de todos eles sem a necessidade de concursos públicos, já que permanecem anos e anos a fio sem os direitos dos professores concursados.

Como uma tese geral, o texto manifesta a defesa novamente da real autonomia universitária que se contra-

põe à atual autonomia formal-legal e à autonomia dita “financeira”. A autonomia universitária real é o autogoverno das universidades por quem estuda e trabalha em seu interior, o que significa a discussão, a execução e a imposição aos governos da política orçamentária das instituições de ensino.

Plano geral de lutas

Apresentamos três textos de contribuição ao 40º Congresso sobre lutas gerais. O primeiro deles sobre a política sindical, “Pela unidade política e organizativa dos trabalhadores. Combater a política divisionista e trabalhar pela construção de um Congresso de unificação de todas as Centrais sindicais”. O segundo sobre o tema da Seguridade social, com o título “Responder à mercantilização e à destruição da Seguridade Social com a bandeira de expropriação da rede privada sob controle operário”. Por fim, o terceiro texto sobre política agrária e ambiental, intitulado “Defender a vida dos camponeses pobres, indígenas e ribeirinhos contra o latifúndio e o agronegócio”.

O texto sobre política sindical parte da constatação de que o ANDES-SN seguiu a política burguesa do isolamento social, que não serviu para salvar vidas, mas serviu para aprofundar os ataques de governos e capitalistas. Revela que esta política foi quebrada em 29 de maio, quando a direção do ANDES-SN convoca também os atos nacionais, mas se subordina à estratégia da “Fora Bolsonaro”, ou seja, de substituição de um governo burguês por outro. Mostra, ainda, a limitação da pressão parlamentar que a direção do ANDES-SN realizou no período contra a Reforma Administrativa.

Depois de indicar a atuação da direção do ANDES-SN, segue demonstrando o vínculo desta com a da direção da CSP-Conlutas, que também se submeteu à política do isolamento social e que aprovou, como outras Centrais mais direitistas, as medidas de redução salarial, por meio da MP 936. Como em outras formulações da Corrente Proletária, o texto indica a profunda divisão e fragmentação dos trabalhadores em uma dezena de Centrais sindicais e como a política da direção do ANDES-SN ajudou neste processo ao embarcar na aventura da CSP-Conlutas, que hoje é um Central pequena e subordinada às demais Centrais. A nossa defesa é pela unidade organizativa e política dos trabalhadores, o que não significa defender a CUT, mas defender a luta pela unificação de todas as centrais em uma nova Central, nascida não dos aparatos, mas das lutas gerais e unitárias da classe operária e do conjunto dos trabalhadores. Novas divisões, como a que já foram defendidas por militantes do PSOL e PCB, de saída da CSP-Conlutas, para formar novos “Fóruns” devem ser rejeitadas. A fragmentação e a divisão dos trabalhadores serve à burguesia e seus governos e corresponde à política das burocracias sindicais que se adaptam à flexibilização capitalista do trabalho. Diante da impossibilidade das burocracias alcançarem “migalhas” como no passado, se veem como menor possibilidade de manter a centra-

lização política dos trabalhadores, favorecendo mais divisões corporativistas que não respondem aos ataques sofridos nos últimos anos e décadas. Nossa política se sintetiza na bandeira de “Congresso de Unificação de todas as centrais”, e a consigna de “unidade política e organizativa do conjunto dos trabalhadores” que devem servir para se opor a mais divisões e assim denunciar as traições das burocracias sindicais que levaram às últimas derrotas do período.

O texto sobre Seguridade Social apresenta três pilares: a denúncia da situação de sucateamento e destruição da Saúde pública; a denúncia da destruição da Previdência social como um direito universal; e, por fim, a denúncia do estrangulamento da política de assistência social aos mais pobres.

Sobre a Saúde, a pandemia deixou evidente o precipício entre o sistema privado e o sistema público. Os mais pobres morreram até por falta de oxigênio, enquanto os mais possuíam a mais desenvolvida tecnologia. O sucateamento da Saúde está ligando tanto aos cortes orçamentários quanto à política mais geral da burguesia de destruir força de trabalho, com a morte de centenas de milhares. A única resposta consequente contra a situação da Saúde pública é também a defesa de um único sistema de saúde, público, estatal e controlado pelo trabalhadores. A expropriação da rede privada é uma necessidade objetiva e imediata para defender, de fato, a vida acima do lucro – slogan do 40º Congresso do ANDES-SN.

Sobre a Previdência, mostram-se as medidas que restringem cada vez mais o acesso à previdência social. Desde as reformas de FHC, Lula, passando pelas MPs de Dilma e a Reforma da Previdência de Bolsonaro, vemos a destruição desse direito que, de universal, passa a ser cada vez menor e restrito às parcelas mais bem assalariadas da população. Os mais pobres e miseráveis são abandonados à pobre sorte, enquanto o governo incentiva os planos de previdência privada, ajudando também setores do capital. Tanto em relação à Saúde quanto à Previdência, verificam-se novas formas de valorização do capital, exemplifica-se com as Clínicas Populares, novo lugar de valorização do capital que só é possível pela falência do sistema público de saúde.

A Política de Assistência Social também é estrangulada no atual momento. À proporção que aumenta-se a fila de miseráveis diminui os recursos para os benefícios sociais. Os mecanismos para dificultar o acesso aos mais pobres aos Programas de Transferência de Renda revelam que mesmo o assistencialismo burguês, desenvolvido por todos os governos de direita ou de esquerda, é estrangulado na crise orçamentária atual. O texto lembra que os valores despejados para o pagamento de juros e amortização da Dívida Pública continuam estratosféricos e majoritários enquanto programas sociais são reduzidos.

A defesa geral em relação a estes problemas só pode ser um único sistema de previdência social custeado

universalmente pelo patronato e pelo Estado e por um único sistema de saúde, com a expropriação sem indenização de toda a rede privada. A defesa da vida dos mais pobres, dos explorados, da maioria nacional passa por este programa e por esta resposta geral.

O último texto das contribuições e teses da Corrente Proletária na Educação traz o problema da terra como central no atual momento. Com a desindustrialização do país, com o aumento das chamadas “fronteiras agrícolas”, os conflitos no campo, contra camponeses pobres, camponeses sem terra, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas só têm aumentado nos últimos anos.

O texto apresenta os números do conflito, a partir de dados de entidades como a Pastoral da Terra, e confirma o aumento dos assassinatos nestes anos do governo Bolsonaro. A expansão das fronteiras agrícolas que têm recebido projetos e aportes financeiros como o corredor de agroexportação MATOPIBA, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e, mais recentemente, o corredor de agroexportação intitulado “Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira” (que substituiu o nome AMACRO), que compreende regiões dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia revelam por onde passa a maior violência de grileiros, de mineradoras, de madeireiros e do agronegócio. A ampla destruição da natureza é o produto da ação do agronegócio em toda Amazônia legal, especialmente no Pará e em Rondônia.

O problema da terra, constitutivo do atraso do Brasil, de sua condição semicolonial, coloca esta questão democrática como parte da luta geral dos trabalhadores contra o capitalismo no país. A bandeira de Revolução Agrária corresponde à necessidade objetiva de um levante geral dos trabalhadores do campo em unidade com os trabalhadores da cidade para fazer frente a esta desigual luta que tem sido travada todos os dias e resultado na morte de indígenas e lideranças camponesas. O papel do ANDES-SN neste luta é o de construir os comitês de mobilização. Cada uma das lutas dos camponeses pobres, dos indígenas, dos ribeirinhos, dos quilombolas deve ser apoiada pelo sindicato dos docentes, organizando a solidariedade ativa por meio das mobilizações, das denúncias e dos comitês de luta.

A Corrente Proletária da Educação ainda elaborará textos sobre os temas política educacional e opressões para submeter ao anexo do Caderno de Textos.

**Para a leitura das
teses completas, acesse:**

bit.ly/3LInpSS